

# Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Procuradores: auditor preso é 'gênio do crime' .....	3
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL PGFN bate recorde de arrecadação no primeiro semestre .....	5
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS RECEITA FEDERAL DO BRASIL STF valida devolução de tributos nas contas de luz .....	7
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE SEGURIDADE SOCIAL STF define reembolso na conta de luz por tributo cobrado a mais .....	9
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL SEGURIDADE SOCIAL O mercado melhorou em R\$ .....	10
DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA SEGURIDADE SOCIAL PF prende funcionário da Caixa no Rio .....	11
G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL SEGURIDADE SOCIAL Saúde do trabalhador: prevenir é o melhor investimento da sua rotina .....	12
PORTAL R7 - NACIONAL SEGURIDADE SOCIAL Tarifaço pode afetar até 726,7 mil empregos e reduzir R\$ 3,3 bilhões em contribuições a INSS e FGTS .....	14
PORTAL UOL - ECONOMIA SEGURIDADE SOCIAL Pagamentos do INSS de agosto: veja calendário com datas de depósito .....	16
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA OAB/DF celebra seus 65 anos com homenagem a ex-presidentes - EIXO CAPITAL .....	17
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS REFORMA TRIBUTÁRIA Reforma e o regime específico de bens imóveis (Artigo) .....	19
PORTAL TERRA - NOTÍCIAS REFORMA TRIBUTÁRIA Plano contra tarifaço de Trump eleva gastos e drena folga fiscal do governo .....	21
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Emprego na construção desacelera .....	23
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Tarifas passam de confusas a caóticas .....	24

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sob pressão de dívida, Raízen busca sócio para o negócio.....26

VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lucro trimestral do CTC tem alta de 37%, e empresa distribui dividendos.....28

DEZ MINUTOS - MANAUS - AM - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF valida lei que permite devolução de valores pagos na conta de luz.....29

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Consumidor receberá valor pago a mais para empresa de energia.....30

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Indústria vai ser o setor mais atingido por taxas de Trump.....31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Tarifas já elevam preços a produtores americanos.....32

# Procuradores: auditor preso é 'gênio do crime'

O auditor fiscal Artur Gomes da Silva Neto, um dos presos acusados de participar de um esquema bilionário de fraude tributária na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (Sefaz-SP), emergiu como figura central da estrutura criminoso que, segundo o Ministério Público (MP), envolvia corrupção passiva, corrupção ativa e lavagem de dinheiro. Promotores descrevem o funcionário público de 47 anos como um "gênio do crime". Antes de se tornar auditor e de ser preso acusado de acumular R\$ 1 bilhão em propinas, Silva Neto teve uma trajetória acadêmica de sucesso no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), um dos vestibulares mais difíceis do país.

Ele chegou a dar palestras para vestibulandos, nas quais narrava seu desempenho "excepcional" nos exames mais concorridos do país: além do ITA, foi aprovado no Instituto Militar de Engenharia (IME) e no curso de Medicina da Universidade de São Paulo (USP).

Segundo o promotor Roberto Bodini, o auditor preso ficou em primeiro lugar em sua turma do ITA e se formou em engenharia aeronáutica. Ainda durante a graduação, conquistou o Prêmio Professor

Rene Maria Vandaele, concedido aos estudantes com melhor desempenho nas disciplinas dos departamentos de Aerodinâmica e Estruturas. Como reconhecimento, recebeu da Embraer uma viagem aos Estados Unidos, onde visitou importantes empresas do setor aeroespacial e centros de pesquisa, entre eles a Nasa.

## DESDE 2006 NA FAZENDA

Em 2006, aos 28 anos, Silva Neto abandonou a engenharia aeronáutica e entrou para a Secretaria de Fazenda de São Paulo, onde chegou ao cargo atual de chefe do Departamento de Fiscalização, responsável por controlar outros auditores. Segundo o MP, ele era considerado um servidor "brilhante" por colegas na Receita paulista. Os investigadores avaliam que, como chefe de outros auditores, ele "dominava praticamente todas as etapas" do processo de liberação de créditos, do preparo de documentos ao aval final.

Além de Silva Neto, mais cinco pessoas foram presas temporariamente na Operação Ícaro, que desbaratou o

suposto esquema criminoso: o empresário Sidney Oliveira, fundador e dono da Ultra-farma; Mário Otávio Gomes, diretor estatutário da Fast Shop; Marcelo de Almeida Gouveia, auditor fiscal; Cel-

so Éder Gonzaga de Araújo e sua mulher Tatiane Araújo, ambos suspeitos de lavar o dinheiro do esquema.

Como revelou O GLOBO, Silva Neto tem um salário de servidor público muito superior ao da grande maioria dos brasileiros, podendo ultrapassar a casa dos R\$ 60 mil em um único mês (antes dos descontos). Segundo dados de transparência, em junho o auditor teve remuneração bruta de R\$ 33.781,06, mais

R\$ 30.573,45 em pagamentos eventuais. Com o abate-teto -que limita os ganhos ao salário do governador -, recebeu R\$ 25.556,04 líquidos.

Segundo o MP, a investigação conduzida pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão aos Delitos Econômicos (Gedec) identificou um grupo criminoso responsável por favorecer empresas do setor varejista em troca de vantagens fiscais indevidas, especialmente com o ressarcimento

ilegal de créditos de ICMS.

As investigações começaram após a constatação de uma evolução patrimonial inusitada da mãe de Silva Neto. Na sequência, uma análise de dados revelou que nos últimos anos o auditor realizou inúmeras viagens para países considerados paraísos fiscais, como Suíça, Emirados Árabes Unidos e Uruguai, o que reforçou as suspeitas de ocul-tação de ativos ilícitos.

Segundo documentos do MP, a mãe do auditor, identificada como Kimio Mi-zukami da Silva, era sócia de uma empresa chamada Smart Tax, que teria sido usada para a lavagem do dinheiro recebido das empresas. Em 2021, o patrimônio declarado pela empresa de "prestação de serviços especializados em consultoria, assessoria e auditoria tributária" foi de R\$ 411 mil.

Em 2023, o patrimônio subiu para R\$ 2 bilhões.

"Os dados fiscais enviados pela **Receita Federal**, com

a quebra de sigilo da mãe, permitiram constatar evolução patrimonial absurda, em decorrência de rendimentos advindos da empresa Smart Tax", diz o MP nos autos.

#### CONTADOR NÃO FOI PRESO

Segundo os procuradores, o contador da Smart Tax, Agnaldo de Campos, era o responsável pelo uso da empresa para a lavagem do dinheiro obtido no esquema.

"Agnaldo age como 'testa de ferro' de Silva Neto nas negociações da Smart Tax com outras pessoas jurídicas. É o responsável por conduzir as negociações, sempre cientificando Silva Neto sobre elas", diz o MP. O contador não foi preso na operação de terça-feira.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# PGFN bate recorde de arrecadação no primeiro semestre

*Guilherme Pimenta e Beatriz Olivon*

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) anunciou uma arrecadação recorde para o primeiro semestre deste ano, impulsionada pelas transações tributárias, e que lançará novas negociações no segundo semestre - três teses serão abertas para adesão a partir de hoje. O total arrecadado foi de R\$ 29 bilhões no primeiro semestre, o que representa RS 1,6 bilhão a mais do que o recuperado no mesmo período de 2024.

"É o melhor resultado da vida da PGFN, de tudo o que já fizemos", declarou ontem a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Almeida. Desse total, RS 14,5 bilhões foram recuperados por meio de transações tributárias, que são os acordos realizados entre o poder público e os contribuintes.

Além dos RS 29 bilhões, houve uma arrecadação extra de RS 10 bilhões com o Programa de Transação Integral (PTI), que permite a negociação com grandes empresas, em conjunto com a **Receita Federal**.

O número referente à transação representa uma alta pouco superior a RS 300 milhões em relação ao mesmo período de 2024, quando somou R\$ 14,1 bilhões. "A gente não vive só de transação tributária", afirmou Anelize Almeida. "É [a transação] complementar a outras estratégias de cobrança administrativa e judicial que a PGFN adota. A transação é muito estimulada pelas equipes de combate à fraude fiscal", complementou. Outras ferramentas são o protesto, o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin) e a certidão negativa.

A expectativa de arrecadação a ser incluída no Projeto de Lei Orçamentária de 2026 será inferior, segundo a PGFN. Isso porque o PTI não deve se repetir no próximo ano. O montante deve ultrapassar os RS 70 bilhões, mas ainda está pendente de confirmação e constará no envio do PLOA, ao fim deste mês. A meta fiscal para o ano que vem é de superávit primário de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Para este ano, além de uma expectativa de arrecadar RS 60 bilhões com a negociação habitual de dívida ativa, consta no PLOA uma arrecadação de RS 31 bilhões com o Programa de Transação Integral.

Dentro do PTI, as três teses que serão abertas hoje são sobre: cobrança de IRPJ e CSLL sobre o ganho de capital na desmutualização da Bovespa e incidência de PIS e Cofms na venda de ações recebidas na desmutualização da Bovespa e BM F; irretroatividade do conceito de praça previsto na Lei nº 14395, de 2022, para aplicação do Valor Tributável Mínimo (VTM) nas operações entre independentes, para fins de incidência do 1PI; e discussões que envolvam as instruções normativas da **Receita Federal** nº 243, de 2002, e nº 1312, de 2012, na disciplina dos critérios de apuração do preço de transferência pelo método do Preço de Revenda menos Lucro (PRL), conforme o artigo 18 da Lei nº 9.430, de 1996.

A adesão termina em 30 de novembro. Não foi divulgado o número de processos que poderão ser transacionados, nem os valores discutidos nas teses. É possível que montantes negociados nessas teses ainda componham o resultado deste ano.

"O foco não é 100% fiscal, só colocar dinheiro no caixa", afirmou Anelize. A procuradora destacou ainda que a divulgação dos editais tem a função de publicidade e também para que os contribuintes se preparem para aderirem, sem que seja um estímulo para que deixem de pagar os **impostos**.

Outros editais serão lançados em 1º de setembro e ficarão abertos até 29 de dezembro. As teses para adesão serão: a incidência de PIS e Cofins não cumulativos sobre descontos e bonificações condicionais recebidos por redes varejistas de fornecedores; e a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da empresa.

Em 30 de setembro deverá ser publicada portaria para a segunda fase do PTI-PRJ, abrangendo créditos inscritos ou não em dívida ativa que sejam objeto de de manda judicial. A adesão ficará aberta até 29 de dezembro deste ano. Diferente da transação do PTI, no PTI-PRJ é considerado o potencial razoável de recuperação do crédito (PRJ).

No PRJ, os créditos são analisados à luz da carteira da dívida ativa judicializada, segundo explicou a procuradora. "É o custo de oportunidade do litígio. A

tese, a depender de onde é a discussão, em qual Tribunal Regional Federal, o tempo de discussão do processo, isso tudo está na fórmula do PRJ", afirmou.

Existe, para a PGFN, um "momento perfeito", considerando prognóstico da tese e tempo de duração do processo, para as negociações no PTI-PRJ, segundo Theo Lucas Borges, assessor jurídico da PGFN.

A PGFN recebeu 80 pedidos e analisa um estoque de RS 14 bilhões de créditos tributários dentro da transação aberta pela Portaria PGFN nº 721 em abril e encerrada no dia 31 de julho - primeiro edital de transação que considerou o PRJ. Do total, ainda em análise, um processo já foi resolvido, com RS 400 milhões entrando na conta do Tesouro Nacional ainda este ano.

Também para o mês de setembro está prevista a prorrogação dos editais do Desenrola Rural, até 30 de janeiro de 2026 (edital nº 3, de 2025), e das dívidas de difícil recuperação ou irrecuperáveis, de pequeno valor e de microempreendedores individuais (edital nº 11, de 2025).

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1&section=1)**

# STF valida devolução de tributos nas contas de luz

**Beatriz Olivon**

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu validar a devolução aos consumidores de valores referentes a **tributos** pagos a maior pelas distribuidoras de energia em decorrência da exclusão do ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, a chamada "tese do século". Os ministros decidiram pela validade da lei federal de 2022 que determinou o repasse integral e excluíram os valores já devolvidos pelas empresas do prazo de prescrição estabelecido no julgamento - que representa, na prática, o período para efetuar o ressarcimento aos clientes.

A medida elimina o risco, apontado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de consumidores terem que devolver valores por meio das tarifas, com aumento das contas de luz. O risco se dá justamente porque as distribuidoras já vinham efetuando a devolução. Portanto, com a exclusão dos valores já repassados do limite temporal aplicado, afastou-se as chances de impacto para os clientes. A saída foi proposta pelo ministro Cristiano Zanin.

No julgamento, os ministros analisaram a Lei nº 14.385, de 2022. A norma determinou à agência reguladora do setor elétrico a devolução aos consumidores dos valores advindos de ações judiciais, transitadas em julgado, que estabeleceram a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins cobrados na contas de energia elétrica.

A Aneel já vinha realizando a devolução dos **tributos** de forma excepcional desde 2021, quando ainda não havia uma lei editada sobre o tema. Até 2024, foram repassados R\$ 44,5 bilhões. As distribuidoras de energia, contudo, defenderam no STF que parte dos recursos ficasse com elas por terem apresentado as ações judiciais para recuperar os valores pagos indevidamente.

No julgamento, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que apresentou a ação direta de in-constitucionalidade julgada (ADI 7324) alegou que as empresas tiveram custos diretos e indiretos para obter de volta o que foi pago a maior e deveriam pelo menos ter direito a recuperar esses valores - o que foi aceito pelos ministros.

O julgamento havia sido iniciado em setembro de 2024 e suspenso por pedido de vista do ministro Luís Roberto Barroso, presidente do STF. Na ocasião, já havia maioria formada no sentido de que a lei que prevê a devolução integral aos consumidores é constitucional, com base no voto do relator, o ministro Alexandre de Moraes. Ficou pendente estabelecer o limite temporal de cinco ou dez anos para a devolução e a partir de quando seria contado. Tais pontos, que geraram grandes debates e idas e vindas entre os ministros ontem, poderiam impactar as tarifas de energia.

"Esse debate revela a prova aritmética de que o tribunal errou ao declarar a inconstitucionalidade da incidência do ICMS da base do PIS e da Cofins. Como temos outras causas em andamento é bom que estejamos advertidos", afirmou o decano, ministro Gilmar Mendes. Ele destacou que nos serviços regulados ainda há chance de devolução, enquanto em outros casos houve enriquecimento ilícito de quem entrou com a ação.

Por um voto, que quase mudou no último minuto, a maioria dos ministros decidiu pelo prazo de dez anos de devolução, contados a partir da efetiva restituição do valor devido às distribuidoras, ou da homologação da compensação dos valores a elas devolvidos, o que pode variar conforme cada empresa.

O procurador que representou a Aneel no caso, João Pedro Carvalho, destacou na sessão que a devolução com prazo baseado na lei e não na disponibilização do crédito pela Receita - que, em geral, é anterior a 2022 -, geraria grande prejuízo aos consumidores. Cada distribuidora tem um processo tarifário específico em que apresenta dados que serão incluídos na tarifa e créditos da **Receita Federal**.

De acordo com a advogada da União, Isadora Cartaxo, o vencedor é o consumidor. "Foi uma decisão muito significativa que garante a restituição para o consumidor de energia elétrica", afirmou. Segundo a AGU, há R\$ 16 bilhões a serem devolvidos pelas distribuidoras ainda. Com a ressalva feita no sentido de preservar o que já foi descontado, é sobre esse valor que a decisão de hoje do STF se aplicará, analisando em cada caso - concessionária a concessionária - se há valores que ficam fora do escopo de devolução.

Para o setor, contudo, há a um desincentivo à busca do Judiciário para reaver os valores, segundo fonte ouvida pelo Valor, uma vez que houve gastos com os processos e, no fim, a restituição ficará com o consumidor, "havendo desincentivo inclusive a quem se regularizou conforme a Aneel e pagou os valores antes".

Para o advogado Orlando Maia Neto, sócio do Ayres Britto Advocacia, que representa a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica no caso, "foi importante, na perspectiva da segurança jurídica do setor, o reconhecimento expresso da dedução dos custos tributários e advocatícios incorridos pelas distribuidoras". Sobre a prescrição, acrescenta, "é fundamental conhecer os termos exatos do acórdão para que se possa entender com precisão o alcance do julgamento".

Segundo Maria Carolina Ba-chur, sócia do Lobo de Rizzo Advogados, o julgamento do STF é mais um capítulo da "tese do século". "No caso específico das concessionárias de energia elétrica - e de outras concessionárias de serviços públicos - os efeitos da recuperação de **tributos** recolhidos a maior no passado extrapolam a esfera da própria empresa", afirma ela, apontando que os **tributos** pagos impactaram as tarifas cobradas dos consumidores ao longo do tempo.

Era preciso, acrescenta, determinar os critérios para determinação do valor a ser devolvido, pois a concessionária incorreu em custos diretos e indiretos para a condução do processo ao longo dos anos, além de ter suportado o ônus da tributação sobre os valores recuperados. "Alguns desses pontos foram enfrentados no julgamento de hoje [ontem] e poderão servir de baliza para outros setores, além das distribuidoras de energia elétrica", diz a advogada. "É sabido que o procedimento da Aneel tem sido usado como fonte de inspiração para outras agências reguladoras."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1&section=1>

# STF define reembolso na conta de luz por tributo cobrado a mais

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS do cálculo do PIS/Cofins - a chamada "tese do século" - são de titularidade dos consumidores de energia, e não das distribuidoras. Dessa forma, os créditos devem ser repassados via desconto na conta de luz.

Os ministros ainda fixaram prazo de dez anos para a prescrição ao direito dos consumidores à restituição do tributo. O prazo começa a contar a partir da data da efetiva devolução dos créditos às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação.

A discussão é um desdobramento da decisão do Supremo que excluiu o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços da base do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) em 2017. Na ocasião, a Corte decidiu que os valores

pagos a mais deveriam ser devolvidos pelo Fisco às empresas que ajuizaram ações na Justiça questionando a cobrança.

O tema foi julgado por meio de ação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que contestou lei de 2022 que confere à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a atribuição de promover a destinação integral dos créditos em be-

nefícios aos consumidores, por meio de redução da tarifa.

**BALANÇO.** No setor elétrico, a estimativa é de que o valor total de créditos tributários decorrentes da tese do século é de R\$ 62 bilhões, e cerca de R\$ 43 bilhões já foram devolvidos aos consumidores por meio da tarifa, segundo a Aneel.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

## O mercado melhorou em R\$

1,23 bilhão a sua estimativa para o déficit primário do governo federal deste ano. É o que mostra o Prisma Fiscal de agosto, divulgado pelo Ministério da Fazenda e baseado em estimativas de instituições financeiras, consultorias e gestoras de recursos. Os números foram coletados até 7 de agosto. A estimativa, sempre mediana, para o déficit primário de 2025 passou de R\$ 72,107 bilhões para R\$ 70,887 bilhões na comparação mensal. A meta de resultado primário é de déficit zero para este ano, com intervalo de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto para cima e para baixo. A banda permite resultado negativo de até R\$ 31 bilhões, mas ainda há R\$ 45 bilhões em precatórios que ficam fora do cálculo, além dos valores para ressarcimento dos aposentados do **INSS** e despesas para conter o tarifaço. A estimativa de instituições financeiras, consultorias e gestoras de recursos para o déficit primário do ano que vem também teve melhora e variou de R\$ 89,374 bilhões para 81,063 bilhões. No caso da dívida bruta do governo geral, principal indicador do estoque de endividamento público, a projeção do mercado passou de 80% para 79,80% do **PIB** no fim deste ano. Para 2026, a estimativa variou de 84,10% para 83,87% a.a.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1&section=1)**

# PF prende funcionário da Caixa no Rio

A Polícia Federal prendeu nesta quinta-feira (14) um funcionário público da Caixa Econômica Federal integrante de uma organização criminosa que fraudava benefícios previ-denciários e assistenciais, mediante inserção de dados falsos nos sistemas integrados do banco e do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A ação ocorreu no município de Nilópolis, na Baixada Fluminense, e é des-

dobramento da Operação Recupera, deflagrada na quarta-feira (13), com o objetivo de desarticular o grupo criminoso investigado. As apurações indicam que a organização causou um prejuízo superior a R\$ 3 milhões, com benefícios fraudulentos ativos desde 2022.

O investigado foi preso, após a expedição do mandado de prisão preventiva na noite passada.

**Site:** <https://daqui.opopular.com.br/digital/15-agosto-2025/daqui-to>

# Saúde do trabalhador: prevenir é o melhor investimento da sua rotina

*Por ACESSAMED+*

A saúde do trabalhador vai muito além da ausência de doenças: ela envolve qualidade de vida, bem-estar físico e mental e um ambiente profissional que favoreça a segurança e o equilíbrio. Em um cenário onde passamos grande parte do dia no ambiente de trabalho, cuidar da saúde ocupacional é uma necessidade para garantir produtividade, prevenção de doenças e redução de afastamentos.

Dados do **INSS** mostram que, todos os anos, mais de 160 mil trabalhadores são afastados por doenças relacionadas ao trabalho, como lesões por esforço repetitivo (LER), dores lombares, estresse crônico e transtornos de ansiedade. Grande parte desses problemas poderia ser evitada com ações simples, como pausas regulares, ambientes ergonomicamente adaptados e incentivo ao autocuidado.

A ergonomia, por exemplo, tem papel essencial na prevenção de dores musculares, problemas na coluna e fadiga visual. Ajustar a altura da cadeira, manter a tela do computador na linha dos olhos e respeitar os limites do corpo são atitudes que fazem diferença no dia a dia. Além disso, a prática de exercícios físicos e a adoção de hábitos saudáveis - como uma boa alimentação e noites bem dormidas - contribuem diretamente para a saúde e o desempenho no trabalho.

Outro pilar fundamental da prevenção é a realização de check-ups periódicos. Através de exames simples, é possível monitorar indicadores como colesterol, pressão arterial, glicemia e saúde mental, identificando precocemente possíveis riscos. Empresas que investem em programas de saúde ocupacional não apenas cuidam de seus colaboradores, como também reduzem custos com afastamentos e aumentam o engajamento da equipe.

Trabalhador saudável é sinônimo de ambiente mais produtivo e equilibrado. Cuide da saúde dos seus colaboradores com quem entende. Agende uma reunião com a equipe da ACESSAMED+.

Responsável Técnico - Dra. Thaís Pazeli Mantovani -  
CRM 54695MG

Site: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/especial/>

***publicitario/acessamed/noticia/2025/08/15/saude-do-  
trabalhador-prevenir-e-o-melhor-investimento-da-sua-  
rotina.ghtml***

# Tarifaço pode afetar até 726,7 mil empregos e reduzir R\$ 3,3 bilhões em contribuições a INSS e FGTS

As tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros têm potencial de provocar a perda de até 726.701 postos de trabalho no país no período de um ano, segundo estimativa do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O impacto, considerado como "teto" no curto prazo, inclui efeitos diretos, indiretos e induzidos pela queda na renda das famílias.

O estudo projeta, ainda, redução de R\$ 38,87 bilhões no valor adicionado à economia; R\$ 14,33 bilhões na massa salarial e R\$ 3,31 bilhões em arrecadação para a **Previdência Social** e o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

O **PIB** pode cair 0,35% no cenário mais pessimista, caso não haja redirecionamento das exportações a outros mercados.

Os setores mais afetados no emprego seriam serviços (241,4 mil vagas), indústria de transformação (215,1 mil), comércio (142,3 mil) e agropecuária (104 mil).

Na indústria, os segmentos metalúrgico, de alimentos, madeira, químico e de vestuário e calçados concentram o maior potencial de perda, além de cadeias ligadas a frutas, carnes e outros alimentos.

Entre os produtos impactados, está o café, que responde por 34% do consumo norte-americano. A carne bovina, por sua vez, pode enfrentar tarifa total de até 76,4%. E as frutas - com destaque para manga, uva e processadas - representam 12% do faturamento do setor.

Também estão na lista segmentos de celulose e papel, máquinas e equipamentos, siderurgia, eletroeletrônicos, químicos e autopeças.

O levantamento identificou ainda 3.075 empresas exportadoras para os EUA com negociação direta com sindicatos no Brasil, abrangendo 1,46 mil entidades sindicais.

A região Sudeste concentra 1.286 instrumentos

coletivos, seguida pelas regiões Sul (614), Nordeste (186), Norte (125) e Centro-Oeste (58).

Em 2024, o fluxo de mercadorias entre Brasil e Estados Unidos somou US\$ 81 bilhões. Os EUA foram o segundo maior destino das exportações brasileiras (12%), atrás apenas da China (28%).

Do total exportado para o mercado norte-americano, 35,9% (US\$ 14,5 bilhões) estão sujeitos à tarifa adicional de 10% + 40% prevista na ordem executiva de 30 de julho.

O Dieese também cita projeções do Cedeplar (Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas), da UFMG, que estima um impacto menor - até 188,7 mil empregos -, caso outros países, como a China, adotem medidas de retaliação que favoreçam as exportações brasileiras.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou nessa quarta-feira (13) uma medida provisória com crédito de R\$ 30 bilhões para empresas prejudicadas pelo tarifaço imposto pelos EUA a produtos brasileiros.

Segundo o Dieese, a perda de 726,7 mil empregos seria um teto e o estudo do Cedeplar, um piso.

Setores como autopeças, máquinas e equipamentos e eletroeletrônicos enfrentam dificuldades para redirecionar suas vendas, por produzirem itens específicos para o mercado norte-americano.

Além disso, setembro e novembro concentram o maior número de datas-base de empresas exportadoras para os EUA, o que pode levar os efeitos das tarifas a coincidirem com negociações salariais.

Qual é o impacto das tarifas impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros?

As tarifas podem resultar na perda de até 726.701 postos de trabalho no Brasil em um ano, de acordo com o Dieese. O impacto inclui efeitos diretos, indiretos e induzidos pela queda na renda das famílias.

Quais são as projeções econômicas relacionadas a

essa situação?

O estudo prevê uma redução de R\$ 38,87 bilhões no valor adicionado à economia, R\$ 14,33 bilhões na massa salarial e R\$ 3,31 bilhões em arrecadação para a **Previdência Social** e o FGTS. O **PIB** pode cair 0,35% no cenário mais pessimista, caso não haja redirecionamento das exportações para outros mercados.

Quais setores seriam mais afetados em termos de emprego?

Os setores mais afetados seriam serviços (241,4 mil vagas), indústria de transformação (215,1 mil), comércio (142,3 mil) e agropecuária (104 mil). Na indústria, os segmentos metalúrgico, de alimentos, madeira, químico e de vestuário e calçados teriam maior perda, além de cadeias ligadas a frutas, carnes e outros alimentos.

Quais produtos estão na lista dos mais impactados?

O café representa 34% do consumo norte-americano, a carne bovina pode enfrentar tarifas de até 76,4%, e as frutas, como manga e uva, representam 12% do faturamento do setor. Outros segmentos afetados incluem celulose e papel, máquinas e equipamentos, siderurgia, eletroeletrônicos, químicos e autopeças.

O que o Cedeplar estima sobre o impacto das tarifas?

O Cedeplar estima um impacto menor, com a perda de até 188,7 mil empregos, caso outros países, como a China, adotem medidas de retaliação que favoreçam as exportações brasileiras.

Quais setores enfrentam dificuldades para redirecionar suas vendas?

Setores como autopeças, máquinas e equipamentos e eletroeletrônicos enfrentam dificuldades para redirecionar suas vendas, pois produzem itens específicos para o mercado norte-americano.

Fique por dentro das principais notícias do dia no Brasil e no mundo. Siga o canal do R7 , o portal de notícias da Record, no WhatsApp

**Site: <https://noticias.r7.com/economia/tarifaco-pode-afetar-ate-7267-mil-empregos-e-reduzir-r-33-bilhoes-em-contribuicoes-a-inss-e-fgts-15082025/>**

# Pagamentos do INSS de agosto: veja calendário com datas de depósito

## *Colaboração para o UOL*

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) divulgou o calendário oficial dos pagamentos referentes ao mês de agosto de 2025. Os depósitos seguirão a numeração final do benefício (desconsiderando o dígito após o traço), mantendo o sistema já adotado para assegurar maior organização e agilidade no processo de pagamento.

Para os beneficiários que recebem até um salário mínimo, os valores serão liberados entre 25 de agosto e 5 de setembro. Já aqueles que têm benefícios superiores ao piso salarial terão os créditos efetuados entre 1º e 5 de setembro.

Atualmente, o **INSS** realiza mais de 40 milhões de pagamentos mensalmente, sendo aproximadamente 28,2 milhões destinados a pessoas com rendimento até o salário mínimo, enquanto cerca de 12,3 milhões correspondem a segurados com valores acima desse limite.

Para conferir a data exata do pagamento, é necessário observar o penúltimo dígito do número do benefício, ignorando o dígito verificador. Outras informações podem ser consultadas no site ou pelo aplicativo Meu **INSS**, acessando com CPF e senha cadastrados na plataforma Gov.br.

Em caso de dúvidas, os beneficiários podem entrar em contato pelo telefone da Central 135, que oferece atendimento automatizado 24 horas, com atendimento humano durante o horário comercial.

Além disso, é possível consultar o extrato de pagamento, atualizar dados pessoais e utilizar outros serviços pelo app ou site Meu **INSS**, utilizando a função de busca.

## **Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/08/15/pagamentos-do-inss-de-agosto-tem-datas-confirmadas-veja-calendario.htm>**

# OAB/DF celebra seus 65 anos com homenagem a ex-presidentes - EIXO CAPITAL

**ANA MARIA CAMPOS**

O presidente da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), Paulo Maurício Siqueira, Poli, e a vice-presidente, Roberta Queiroz, foram anfitriões de uma homenagem aos pioneiros da advocacia do DF, neste ano de comemoração dos 65 anos da seccional. Em sessão no auditório José Paulo Sepúlveda Pertence, foram agraciados os ex-presidentes Amaury Serralvo, Délio Lins e Silva Jr., Esdras Dantas, Estefânia Viveiros, Francisco Caputo, Francisco de Lacerda e Luiz Felipe Coelho.

Délio representou o Conselho Federal da OAB. Ex-presidente da OAB-DF, o governador Ibaneis Rocha não participou do evento porque está fora de Brasília.

\*\*

## **Reforma Tributária** no Setor de Infraestrutura

Na próxima quarta-feira (20), será realizado, no B Hotel, o evento "Diálogos Estruturantes: **Reforma Tributária** no Setor de Infraestrutura". O encontro será promovido em parceria entre o Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) e a Menndel Melo Advocacia. O objetivo é aproximar as empresas e os profissionais do setor das discussões sobre a **reforma tributária**, para compreensão de seus impactos e planejamento para as mudanças necessárias.

O Diálogos Estruturantes reunirá autoridades do tema, como Bernard Appy (foto), mentor da **Reforma Tributária**.

As inscrições são gratuitas e devem ser feitas pelo Sympla.

\*\*

Passamani propõe projeto inédito contra pedofilia online

Responsável pela pauta dos direitos humanos e pela defesa das crianças e adolescentes no DF, a

secretária de Justiça e Cidadania, Marcela Passamani, levou à Secretaria de Educação a proposta inédita no Brasil do projeto de lei "Letramento Antipedofilia. Estamos On-Line" - e a adesão foi imediata. A iniciativa será apresentada hoje ao governador Ibaneis Rocha, após passar pela Casa Civil, e seguirá para a Câmara Legislativa com expectativa de rápida aprovação. O objetivo é levar às escolas orientações para alunos, professores e pais sobre como identificar sinais de pedofilia na internet e agir diante de casos suspeitos. Passamani já tem experiência na área. Implantou neste ano o curso de Letramento Racial em escolas, órgãos públicos e até no futebol.

\*\*

União para 2026 Dirigentes do PSB e do Cidadania vão oficializar hoje a criação da federação dos partidos, na sede da Fundação João Mangabeira, com a presença de pré-candidatos. Estarão presentes os ex-governadores Rodrigo Rolemberg (PSB) e Cristovam Buarque (Cidadania) e Ricardo Cappelli (PSB), já lançado como pré-candidato ao Palácio do Buriti. Filiada ao Cidadania, a deputada distrital Paula Belmonte não deve participar do evento porque está de saída do partido e pretende também concorrer ao governo, mas tem conversado com Cappelli.

\*\*

Auditoria conduzida por tribunais de Contas aponta que o Brasil não protege suas crianças

O Brasil não está pronto para proteger crianças vítimas de violência no ambiente físico nem no virtual. O alerta é do conselheiro Renato Rainha, presidente do Comitê de Segurança do Instituto Rui Barbosa (IRB) e representante da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Ele participa do 19º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em Manaus (AM), e vai apresentar hoje os resultados de uma auditoria sobre violência infantil promovida pela Atricon e coordenada por ele com a participação de 20 Tribunais de Contas de todo o país. "Se, no atendimento físico, a criança é revitimizada, no digital a violência se repete milhares de vezes e a auditoria nacional realizada pelos

Tribunais de Contas mostrou que o Brasil ainda não está pronto para protegê-la", afirma o conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

\*\*

Vulnerabilidade agravada pelo cenário digital

A fiscalização nacional coordenada por Renato Rainha mostrou que o Brasil não tem uma rede de proteção eficaz contra a violência infantil e o cenário digital agrava ainda mais essa vulnerabilidade. "A auditoria mostra que a rede de proteção ainda falha em garantir a segurança integral das crianças, o que se agrava diante do avanço da erotização precoce e dos riscos nas redes sociais.

Ambientes virtuais sem supervisão facilitam o acesso de agressores, muitas vezes com um potencial de violência semelhante ao do espaço físico", destaca Renato Rainha.

\*\*

Passamani propõe projeto inédito contra pedofilia on-line

Responsável pela pauta dos direitos humanos e pela defesa das crianças e adolescentes no DF, a secretária de Justiça e Cidadania, Marcela Passamani, levou à Secretaria de Educação a proposta inédita no Brasil do projeto de lei "Letramento Antipedofilia. Estamos On-Line" - e a adesão foi imediata. A iniciativa será apresentada hoje ao governador Ibaneis Rocha, após passar pela Casa Civil, e seguirá para a Câmara Legislativa com expectativa de rápida aprovação. O objetivo é levar às escolas orientações para alunos, professores e pais sobre como identificar sinais de pedofilia na internet e agir diante de casos suspeitos. Passamani já tem experiência na área. Implantou neste ano o curso de Letramento Racial em escolas, órgãos públicos e até no futebol.

\*\*

Posse da nova desembargadora

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) realiza, hoje, a solenidade de posse da juíza de direito substituta de 2º grau Soníria Campos D'Assunção como desembargadora do Tribunal. A cerimônia será realizada às 16h, no Auditório Ministro Sepúlveda Pertence, e será transmitida ao vivo pelo canal oficial do TJDFT no YouTube. A magistrada foi promovida por unanimidade pelo Tribunal Pleno do TJDFT, pelo critério de merecimento, em sessão realizada em 8 de julho.

A desembargadora eleita vai ocupar a vaga que pertencia ao desembargador J.J. Costa Carvalho, que faleceu em maio deste ano.

**Site:** <https://flip.correiobraziliense.com.br/>

# Reforma e o regime específico de bens imóveis (Artigo)

*Janssen Murayama e Ricardo Maciel*

Opinião Jurídica

Janssen Murayama e Ricardo Maciel

A chegada da **reforma tributária** por meio da Emenda Constitucional (EC)nº 132/2023, regulamentada pela Lei Complementar nº 214/2025, trouxe profundas alterações no sistema tributário aplicável ao setor imobiliário, dentre as quais se destacam: (i) a instituição do IBS e da CBS, que incidirão sobre determinadas operações realizadas por pessoas físicas e/ou jurídicas, com a aplicação de um regime não cumulativo; e (ii) a criação de redutores específicos da base de cálculo ou da alíquota do IBS e da CBS, quando diante de operações envolvendo alienação de bem imóvel.

Entretanto, compreender as implicações práticas de tais mudanças não é tarefa fácil ao contribuinte-sobretudo "às vésperas" da transição do atual sistema para o novo modelo de tributação-, demandando uma leitura atenta e objetiva ao texto da lei. É o que faremos a seguir. Nos termos da norma regulamentadora, o IBS e a CBS incidirão sobre operações onerosas com bens ou com serviços sobre o valor da operação, o que se estende ao setor imobiliário em diversas hipóteses.

No que se refere especificamente à incidência do IBS/CBS sobre as atividades de construção e incorporação imobiliária, destaca-se um avanço relevante em relação ao atual sistema tributário: a Lei Complementar nº 214/2025 passou a permitir a apropriação de créditos sobre os insumos utilizados nas atividades empresariais, em observância ao princípio da não cumulatividade, aplicáveis a ambos os **tributos**.

Ademais, os contribuintes que realizarem operações imobiliárias poderão ser enquadrados no regime específico setorial, beneficiando-se de fatores de redução das bases de cálculo e das alíquotas do IBS/CBS.

Nesse regime, a sua aplicabilidade poderá se abranger todas as operações imobiliárias, à exceção de operações de permuta (exceto sobre a torna); da constituição ou transmissão de direitos reais de

garantia; e das operações realizadas por organizações gestoras de fundo patrimonial, constituídas com base na Lei nº 13.800/19.

Além disso, em linhas gerais, a pessoa física contribuinte do IBS/CBS poderá ser enquadrada no regime quando da operação de alienação de imóvel, desde que possua mais de três imóveis distintos no ano anterior, ou mais de um imóvel construído nos últimos cinco anos. Na locação, quando o contribuinte possuir mais de três imóveis e a receita total superar R\$ 240 mil no ano ou se auferir receita superior a R\$ 288 mil por ano.

No caso de pessoas jurídicas, a tributação do IBS/CBS sobre as operações imobiliárias de alienação ou locação dependerá do regime tributário adotado pela empresa, podendo sofrer variações a cada caso.

Assim, como consequência do enquadramento ao regime específico aplicável a bens imóveis, os contribuintes poderão usufruir de fatores de redução da base de cálculo do IBS/CBS, divididos em duas espécies, quais sejam, o redutor de ajuste e o redutor social.

O redutor de ajuste poderá ser aplicado com o objetivo de considerar o custo de aquisição do bem imóvel objeto das operações, podendo ser composto dos seguintes fatores: valor atualizado de aquisição do imóvel; valor de referência estipulado pela administração tributária; a soma do valor de aquisição do terreno, ou do valor dos bens e serviços contabilizados como custo de produção ou despesa direta relacionada à produção ou comercialização do bem; ou, ainda, o valor de aquisição do bem.

Nessa hipótese, também serão levados em consideração o ITBI e o laudêmio pago na operação anterior de aquisição do imóvel pelo contribuinte, e as contrapartidas urbanísticas ou ambientais entregues pelo empreendimento aos entes públicos, vinculadas ao imóvel objeto da operação.

Quanto ao redutor social, trata-se de hipótese em que, nas operações de alienação imobiliária, poderá haver a dedução, da base de cálculo dos **tributos** IBS e da CBS, dos valores fixos de R\$ 100 mil por imóvel residencial novo, e de R\$ 30 mil por lote residencial, até o limite do valor da base de cálculo, após a

dedução do redutor de ajuste, quando este for utilizado.

No caso da locação, cessão onerosa ou arrendamento para fins residenciais, a legislação prevê a possibilidade de dedução da base de cálculo no valor de R\$ 600,00 por bem imóvel, até o limite da base de cálculo da respectiva operação.

A Lei Complementar nº 214/2025 também instituiu um fator de redução das alíquotas do IBS/CBS, a ser aplicado conforme a natureza da operação realizada.

Nas operações de alienação de bens imóveis, haverá uma redução de 50% da alíquota padrão do IBS/CBS. Por sua vez, nas operações de locação, cessão onerosa e arrendamento, a redução da alíquota padrão dos **tributos** será em 70%.

Desta forma, diante das mudanças trazidas pela **reforma tributária**, nota-se que o setor imobiliário ganhou especial atenção do Poder Legislativo, com a instituição de um regime específico que busca conferir uma tributação mais justa.

O novo modelo prevê redutores de base de cálculo e de alíquotas do IBS e da CBS, refletindo um esforço do legislador de compatibilizar a tributação com as particularidades econômicas e operacionais do setor imobiliário.

Todavia, a correta aplicação das normas exigirá atenção redobrada por parte dos contribuintes, especialmente diante das especificidades do setor imobiliário e dos desafios operacionais previstos para o período de transição.

Janssen Murayama e Ricardo Maciel são, respectivamente, sócio-fundador de Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados; e advogado em Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1&section=1)**

# Plano contra tarifaço de Trump eleva gastos e drena folga fiscal do governo

Governo anunciou pacote de R\$ 30 bilhões para socorrer exportadores e conter danos na economia. Especialistas advertem para risco nas contas públicas e temor de que medidas perdurem, como ocorreu com isenções da pandemia. Em meio ao tabuleiro instável da geopolítica comercial, o governo Lula moveu suas peças contra o tarifaço do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump: anunciou um pacote de R\$ 30 bilhões em medidas para apoiar exportadores e conter os danos na economia brasileira, ampliando os gastos públicos e deixando menos margem de manobra para as novas medidas.

O plano, batizado de Brasil Soberano, responde às sanções definidas por Trump como pressão contra o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, acusado de tentativa de golpe de Estado.

Com o Plano Brasil Soberano, o governo federal não está apenas reagindo a uma ameaça imediata: está reconstruindo e fortalecendo o sistema nacional de financiamento e seguro à exportação, para que o país seja mais competitivo e menos vulnerável a esse tipo de medida no futuro, afirmou, em nota, o governo.

Além de não aplicar tarifas recíprocas em produtos norte-americanos, a estratégia combina injeção de crédito, estímulo tributário e medidas emergenciais - em uma tentativa de manter empregos e não desestabilizar a já estressada meta fiscal, que tenta zerar o déficit público neste ano.

## Impacto de R\$ 9,5 bilhões

Segundo o governo, dos R\$ 30 bilhões anunciados, o impacto primário previsto nas contas públicas será de apenas R\$ 9,5 bilhões, distribuídos entre o Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras), e Fundos Garantidores para financiar pequenos e médios exportadores.

O Reintegra devolve aos exportadores brasileiros parte dos **tributos** pagos ao longo da cadeia produtiva na forma de crédito. O governo informou que o programa elevará em três pontos percentuais o ressarcimento de **tributos** às empresas afetadas, limitado a R\$ 5 bilhões. A medida valerá até o fim de 2026, quando passarão a vigorar dispositivos da **Reforma Tributária** que já prevêem mecanismos

semelhantes de restituição.

Os outros R\$ 4,5 bilhões de impacto virão do Fundo de Comércio Exterior (FGCE), o de Investimentos (FGI), do BNDES, e o destinado a Operações (FGO), do Banco do Brasil, voltados prioritariamente ao acesso de pequenos e médios exportadores.

Esse montante será aportado nos fundos para cobrir parte do risco dos empréstimos a pequenos e médios exportadores. Com a garantia dos fundos, os bancos podem liberar mais crédito, com juros menores e prazos mais longos, ampliando o acesso ao financiamento e multiplicando o efeito do aporte inicial.

Já os cerca de R\$ 20 bilhões restantes serão remanejados de linhas de crédito estruturadas do Fundo Garantidor de Exportações (FGE), que deverá ser reestruturado. Hoje, o fundo funciona como um lastro para dar cobertura às garantias prestadas pela União a empresas que vendem produtos ao exterior.

Esses recursos são utilizados, por exemplo, por meio do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), mecanismo criado para resguardar exportadores e instituições financeiras contra o não pagamento por parte de importadores estrangeiros.

Com a nova MP, o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) será reformulado para que todo o setor exportador possa acessar esses recursos para financiar suas operações, e não apenas em situações de risco de inadimplência. A prioridade será para empresas com faturamento fortemente dependente das compras dos Estados Unidos, e o acesso às linhas ficará condicionado à preservação do número de empregos.

## Impacto fiscal

Para Felipe Salto, ex-secretário da Fazenda de São Paulo e economista-chefe da Warren Investimentos, será necessário acompanhar se o impacto primário de cerca de R\$ 10 bilhões estará sujeito às limitações do arcabouço fiscal - o que preocupa os agentes do mercado.

O ideal seria não excluir tais valores do cômputo da meta, mas sim utilizar a banda de tolerância de 0,25% do **PIB** para absorver tais choques. Cabe notar que,

em nosso entendimento, não se pode excluir um gasto da meta fiscal por meio de Medida Provisória , disse.

O arcabouço fiscal, criado para dar mais previsibilidade às contas públicas e que busca manter a dívida do país sob controle, prevê superávit de 0,5% do **PIB** em 2025 e 1% em 2026. Ele, porém, possui uma margem de tolerância de 0,25% do **PIB**, citada por Salto.

Apesar da tentativa de ficar no azul, o déficit primário projetado para 2025 ainda é de 26,3 bilhões, cerca de R\$ 5 bilhões acima do limite inferior da margem estabelecida pela meta fiscal. Em junho de 2025, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) foi de 76,6% do **PIB**. A projeção do Ministério da Fazenda é que ela poderá chegar a 84% em 2028.

Para Murilo Viana, mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e especialista em finanças públicas, apesar de os gastos extraordinários serem uma das medidas aplicadas em todo o mundo contra o aumento das tarifas impostas por Trump, o Brasil tem uma margem pequena de manobra dado essa alta da dívida pública.

O governo já está batendo no limite de despesas [previsto no arcabouço] e, por isso, qualquer medida que leve a deterioração das contas públicas acaba impactando e fazendo com que o governo precise cortar gastos de algum lado, em um quadro onde há dificuldades políticas para isso , afirma.

Por isso, o temor de economistas ouvidos pela DW é de que os benefícios anunciados se tornem duradouros, assim como o que ocorreu com alguns planos durante a pandemia do covid-19. O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado para socorrer empresas do setor, e que ainda hoje faz parte do pacote de cerca de R\$ 20 bilhões de isenções fiscais.

No Brasil, sabemos como começa e não como termina. Por isso, existe a preocupação de ainda que o programa seja totalmente diferente [dos lançados na época da pandemia], há o risco, sim, de que o programa acabe perdurando , diz Viana. Existe um risco de ter uma percepção [do mercado] de virada de chave por parte do governo na véspera do período eleitoral, no sentido de burlar a regra fiscal, e isso pode gerar algum estresse, mas ainda temos que ver como de fato vai ser implementada no MP , completa.

Câmbio, **inflação** e eleição

Além disso, para Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, o impacto de mais gastos no câmbio e na **inflação** tendem a ser moderados, dado que os

juros básicos da economia já estão em 15% ao ano.

Os efeitos sobre câmbio e **inflação** vão depender da reação dos investidores. Caso cresça a desconfiança quanto à capacidade do governo de reduzir o endividamento, a tendência é de juros mais elevados, câmbio mais volátil e **inflação** persistente acima da meta. O governo ainda pode adotar medidas adicionais, como venda de ativos ou privatizações, para amenizar essa pressão , conta.

Para ele, contudo, o foco imediato do governo é preservar empregos. Lula sabe que seu eleitorado sente o impacto da **inflação**, sobretudo nos alimentos, mas considera o emprego o fator mais determinante. Se conseguir manter o nível de ocupação, dará um passo importante para 2026, ano eleitoral , completa.

**Site:** <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/plano-contra-tarifaco-de-trump-eleva-gastos-e-drena-folga-fiscal-do-governo,d499d62b29dcf037cd5b6aa57403f832n12qs6e1.htm>

# Emprego na construção desacelera

A indústria da construção abriu 159 mil novos postos de trabalho com carteira assinada no primeiro semestre. O dado demonstra a resiliência do setor, mas também desaceleração: no mesmo período de 2024, a construção havia gerado 180 mil novos empregos.

No acumulado de 12 meses até junho, o setor abriu 87 mil novas vagas com carteira assinada, quase a metade das 168 mil criadas no mesmo período imediatamente anterior.

A atividade da construção desacelera até em estados pujantes como São Paulo, onde o setor criou 36 mil novos empregos no primeiro semestre, ante os 44 mil gerados nos primeiros seis meses do ano passado.

Na capital paulista, o ritmo da desaceleração é menor: 18 mil novos empregos no primeiro semestre, ante 19 mil da primeira metade de 2024. Aqui o mercado imobiliário segue aquecido.

Já crédito imobiliário com recursos da Poupança declinou 10% no primeiro semestre. Pior: o financia-

mento com esses recursos para a produção imobiliária caiu 54% na mesma comparação. As instituições financeiras estão preferindo direcionar o crédito para a aquisição de imóveis.

Diante dessa redução, governo deveria liberar parte dos depósitos da Poupança, recolhidos compulsoriamente ao Banco Central, para irrigar o crédito imobiliário, gerando mais empreendimentos e empregos. É imprescindível fortalecer o financiamento para a construção residencial voltada ao segmento de renda média.

A desaceleração do emprego também está relacionada ao fato de muitos profissionais preferirem trabalhar por conta própria a serem assalariados. Na construção, eles poderiam incrementar seus salários se recebessem adicionais por produtividade, sem desconto de **tributos** e encargos. Para tanto, são necessárias reformas tributária e previdenciária, como defendem CBIC, Abrainc, SindusCon-SP, Secovi-SP e Sintracon-SP.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tarifas passam de confusas a caóticas

E preciso muita coisa para fazer você sentir pena dos suíços, mas Donald Trump conseguiu, impondo tarifas de 39% sobre suas exportações por um motivo que ninguém consegue entender completamente. Ele também direcionou sua "metralhadora" de impostos de importação contra o Brasil e a Índia. Mas seu ato recente mais surpreendente foi a taxa extraordinária de 15% sobre as vendas de semicondutores da Nvidia e AMD para a China.

As tarifas erroneamente chamadas de "recíprocas", anunciadas por Trump em abril no chamado "dia da libertação", sempre foram risíveis, mas a fórmula baseada no déficit que as gerou estava ao menos vagamente relacionada ao objetivo declarado de reduzir desequilíbrios comerciais. A transformação dessas tarifas e de outras em uma verdadeira "árvore de Natal", na qual diferentes partes do governo e o próprio Trump penduraram seus caprichos geopolíticos e comerciais, destruiu qualquer senso de coerência.

As tarifas contra o Brasil foram impostas para apoiar o ex-presidente e colega conservador que questionou os resultados eleitorais, enquanto a punição à Índia supostamente refletiu suas compras de petróleo russo, apesar da aparente proximidade de Trump com Vladimir Putin. A taxa sobre a exportação de chips não faz sentido por diversos motivos. Se Trump está tentando privar a China de tecnologia avançada, uma cobrança de 15% está longe de conseguir isso; se o objetivo é arrecadar receita, então por definição ela só funcionará se não desestimular os compradores chineses; e, segundo sua própria lógica, dificultar as exportações aumentará - e não reduzirá - os déficits comerciais.

O governo afirmou, de forma até divertida, que sua campanha de coerção pontual constitui uma filosofia coerente para conduzir o comércio mundial. O representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, chamou recentemente isso de "sistema Turnberry", em referência ao hotel escocês onde Donald Trump elaborou um acordo tarifário tipicamente vago e não vinculante com a União Europeia. (Quanto ao "Acordo de Mar-a-Lago" para realinhar moedas, que a política tarifária de Trump supostamente deveria catalisar, estranhamente não

houve menção. É curioso como esses planos de uma reorganização econômica global fundamental mudam rapidamente).

Coerente, certamente não é, especialmente porque não está claro o que realmente foi acordado. Ninguém realmente acredita que o Japão vá financiar um fundo soberano de US\$ 550 bilhões; o Reino Unido ainda aguarda o alívio das tarifas sobre suas exportações de aço, supostamente acertado em maio.

As travessuras de Trump também não se destacam como um sucesso para a economia dos EUA. Os mercados financeiros têm se mostrado otimistas em relação ao crescimento (talvez de forma ingênua) e os dados sobre a inflação divulgados na terça-feira foram benignos. Mas o mercado de trabalho, o PIB e as medidas prospectivas de produção baseadas em pesquisas indicam uma situação bastante instável.

Como tal, não é exatamente uma inspiração para outros seguirem o exemplo. Ao contrário da política industrial de Biden, que subsidiava fortemente as tecnologias limpas, a Turberry Trumponomics não tem praticamente nenhum equivalente entre governos estrangeiros - e não apenas porque quase nenhum outro país possui poder de mercado suficiente para forçar concessões semelhantes de par-

ceiros comerciais.

Uma visão é que Trump estaria transformando os EUA em uma espécie de China com intervenções motivadas politicamente. Mas a política industrial chinesa é muito mais deliberada e precisa do que a prática de Trump de basear suas decisões na última pessoa com quem ele falou. O crescente domínio da China na produção global de veículos elétricos reflete uma política industrial que se estende por mais de 20 anos, incluindo investimentos direcionados em pesquisa e desenvolvimento e incentivos ao consumo. Fundamentada em parte, ela também criou um mercado interno ferozmente competitivo, do qual surgiram alguns campeões mundiais, como a BYD.

Isso não aconteceu porque um executivo do setor automotivo abordou Hu Jintao em um clube de golfe nos anos 2000 e o convenceu a conceder um crédito fiscal a sua empresa em troca de elogios e alguns milhões em doações de campanha.

Certamente, governos (e empresas) estão se apressando para oferecer a Trump tudo o que puderem para mantê-lo satisfeito, seja de forma substancial ou simbólica. Mas não parece haver muitos indícios de que as relações entre esses países estejam sendo conduzidas da mesma maneira.

Se você quisesse defender

uma visão otimista sobre o sistema comercial mundial, poderia argumentar que as tarifas de Trump estão atingindo um ponto ideal de incompetência maléfica, mas moderada. Sua política comercial provavelmente é ruim o suficiente para desacreditar o protecionismo e empurrar os EUA para as margens da economia mundial. Mas, até agora, ela não é destrutiva a ponto de provocar uma desaceleração econômica mundial séria, como a da década de 30 ou mesmo a do final dos anos 2000. É uma história de alerta, mas não o catalisador de um desastre global. É um pouco como o Brexit, só que em uma escala muito maior.

O ataque de Trump às instituições independentes que sustentam o sistema econômico dos EUA, incluindo o Federal Reserve (Fed) e as autoridades estatísticas, é, obviamente, muito mais grave. Subverter o Fed e fazê-lo operar às cegas, sem dados confiáveis, será muito mais perigoso do que suas brincadeiras com tarifas. Mas, até agora, as loucuras comerciais de Trump estão testando a resiliência do sistema sem destruí-lo ou transformá-lo fundamentalmente. (Tradução de Mário Zamarian)

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/188297?page=1&section=1)**

# Sob pressão de dívida, Raízen busca sócio para o negócio

**Stella Fontes, Mônica Scaramuzzo e Robson Rodrigues**  
**De São Paulo**

Com mais de R\$ 49 bilhões de dívida líquida em junho, a Raízen poderá ter um novo sócio, apurou o Valor com duas fontes a par do assunto. A companhia, que atua na produção de açúcar e álcool e na distribuição de combustíveis no Brasil, Paraguai e na Argentina, é uma joint venture entre a Cosan, de Rubens Ometto, e a Shell.

Maior processadora de cana do mundo e maior produtora de etanol, a Raízen sentiu o baque do crescimento acelerado e da diversificação de negócios executados na última década. Com o aumento das taxas de juros, que onera o endividamento, a companhia está vendendo ativos para reduzir dívidas, e suas controladoras, dispostas a contribuir para uma desalavancagem mais rápida.

Segundo uma das fontes, o formato para entrada desse novo sócio não está definido, mas a Cosan eventualmente seria diluída no processo. O grupo de Ometto e a Shell têm, cada um, 44% de participação na Raízen.

Os 12% restantes estão pulverizados no mercado - a companhia fez sua estreia na bolsa (IPO, na sigla em inglês) em agosto de 2021, avaliada em R\$ 76 bilhões. No fechamento de ontem (14), valia R\$ 10,9 bilhões.

A intenção inicial, segundo outra fonte, é que o novo sócio tenha posição minoritária na Raízen, mas traga recursos que reforcem sua liquidez enquanto o plano de venda de ativos, que já está em curso e deve chegar a R\$ 15 bilhões até o fim do ano, não se concretiza integralmente.

Bancos de investimentos já foram contratados pelas partes para buscar uma alternativa para a Raízen. O Lazard está assessorando a Shell nesse processo e o Itaú. o grupo Cosan.

Fontes a par do assunto afirmam que diferentes possibilidades ainda estão sobre a mesa e a Raízen vem contribuindo para as discussões entre as sócias controladoras. Junto com os resultados do primeiro trimestre do ano safra 2025/26, a companhia inclusive admite que um aumento de capital poderia vir dos

sócios atuais ou de um novo.

Fundos de private equity (que compram participação em empresas) que investem em ativos brasileiros, segundo uma das fontes, já teriam sido abordados. Procuradas, Raízen, Cosan e Shell não comentaram.

O momento, na avaliação de um banqueiro, não é favorável aos vendedores: informalidade e fraudes tributárias na distribuição de combustíveis no país seguem crescendo e pressionando margens, o que desvaloriza o ativo e potencialmente afasta interessados.

"O problema é que a dinâmica do setor é ruim, porque um ativo bom (como Raízen) concorre com ativos sem governança", diz.

Do lado da venda de ativos, uma medida "orgânica" para reduzir a alavancagem, a companhia já se desfez da maior parte das operações de geração distribuída (sob o guarda-chuva da Raízen Power) e poderá realizar novos desinvestimentos em usinas de açúcar e álcool, a exemplo do que fez com Leme, MB e Santa Elisa, sem comprometer sua liderança.

Já a refinaria e a rede de postos de combustíveis na Argentina, também colocadas à venda, estão dentro do que considerado "core business", mas acabaram entrando no pacote por causa do valor do ativo: é o maior cheque entre aqueles que podem ser vendidos.

A companhia mudou a gestão no ano passado e iniciou uma série de desinvestimentos para ganhar fôlego. Já foram levantados R\$ 3,6 bilhões, dos quais R\$ 2,6 bilhões ingressaram em caixa apenas neste ano fiscal.

As vendas fazem parte da estratégia de simplificação de portfólio e concentração nas áreas de etanol, açúcar e bioenergia, além da distribuição de combustíveis no Brasil, afirmou o CEO da empresa, Nelson Gomes, em teleconferência com investidores e acionistas para comentar o balanço divulgado na quarta-feira (13) à noite.

A estratégia mira uma redução da dívida líquida, que teve um salto de 55,8% em 12 meses e alcançou R\$492 bilhões em junho, o que fez com que a alavancagem dobrasse em um ano, encerrando o

trimestre em 4,5 vezes o resultado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda). A Raízen encenou o primeiro trimestre da safra 2025/26 com prejuízo líquido de R\$ 1,8 bilhão e Ebitda ajustado de R\$ 1,89 bilhão, queda de 23,4%.

"Falando de estrutura de capital, substituímos linhas de capital de giro de curto prazo (risco sacado) por dívidas de longo prazo mais competitivas, alongando o prazo da dívida. E esse movimento explica a parte relevante do aumento do endividamento nesse período", explicou.

No mercado brasileiro de combustíveis, a Raízen registrou expansão de volumes e melhora de margens, tanto em combustíveis quanto em lubrificantes, além de ganhos de eficiência na gestão de suprimentos e estoques, apesar das vendas menores.

Na Argentina, a empresa aumentou volumes e avançou no projeto de modernização da refinaria, com foco em eficiência energética. No entanto, dois fatores pesaram no trimestre: a manutenção da refinaria além do prazo previsto e a necessidade de aumentar as importações de gasolina e diesel a custos mais elevados.

Na operação argentina, a otimização de processos levou a uma queda de 20% nas despesas gerais e administrativas em relação ao mesmo trimestre do ano passado. Já os investimentos totais da companhia recuaram 23% na comparação anual, alinhados ao plano de redução de capex, de R.\$ 12 bilhões para R\$9,4 bilhões.

De acordo com o diretor de relações com investidores da companhia, Phillipe Casale, os impactos do clima prejudicaram a moagem da Raízen e os resultados trimestrais. Segundo ele, a moagem de cana na atual safra deve ficar mais próxima do ponto médio para baixo da projeção divulgada anteriormente, em função de condições climáticas adversas.

Conforme Casale, há alguns fatores principais para isso. "Os motivos são o clima seco e incêndios da safra passada. Na entressafra, tivemos período com menos chuvas do que o histórico, o que prejudicou o desenvolvimento da cana. Já neste trimestre, tivemos um volume de chuvas acima da média, o que atrasou a colheita", disse.

No etanol, a empresa registrou redução do volume próprio, alinhada à queda da moagem e a um mix de produção menos favorável. No segmento de bioenergia, a menor disponibilidade de biomassa reduziu o volume de cogeração, refletindo o ritmo mais lento da moagem.

Por outro lado, Casale destacou o desempenho positivo no açúcar. "Conseguimos maximizar a produção e venda de açúcar com preços que estão alinhados com os "hedges" contratados", afirmou.

"Clima seco e incêndios afetaram a moagem de cana no trimestre" Phillipe Casale

"Substituição de linhas de curto prazo explica aumento da dívida" Nelson Gomes

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Lucro trimestral do CTC tem alta de 37%, e empresa distribui dividendos

**Camila Souza Ramos De São Paulo**

A aposta do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) na ampliação das vendas de variedades de cana-de-açúcar desenvolvidas recentemente continua dando resultados. A empresa encerrou o primeiro trimestre da safra 2025/26 com uma alta de 37,5% em seu lucro líquido, que somou R\$49,2 milhões, e já distribuiu dividendos de R\$ 50,1 milhões.

O excedente de resultados também permitiu que a companhia integralizasse R\$ 250 milhões ao capital social, com aval dos acionistas. A decisão se deve aos projetos de investimento que o CTC tem pela frente, "como o Projeto Sementes e outros investimentos em biotecnologia e produtos novos", afirmou Paulo Polezi, diretor financeiro da companhia. Segundo ele, a opção foi "deixar a estrutura de capital mais preparada, ainda mais em um ambiente de juros altos e incertezas econômicas".

No primeiro trimestre, os investimentos em bens de capital (capex) subiram 306,5%, a R\$ 22,1 milhões, fruto do início da construção da planta-piloto de sementes de cana e do aumento dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P D). Esse montante representou 19,9% da receita líquida, um aumento em relação à participação histórica, que costuma ficar na casa de um dígito.

Somente os aportes em modernização e expansão, voltados quase exclusivamente à planta-piloto, somaram R\$ 18,3 milhões no trimestre. O CTC estima que concluirá o investimento até o fim desta safra, com um orçamento de R\$ 100 milhões.

O objetivo "é dar condições de plantar até 100 hectares para a gente conseguir testar [a semente] em diversos clientes e regiões, climas e solos", disse Polezi.

A companhia também já está contratando funcionários que vão trabalhar na fábrica. Até agora, o CTC estava contratando equipes que trabalharão na formação das primeiras células da semente sintética da cana. No momento, o foco também é empregar quadros que atuarão na parte operacional. Depois, serão contratados funcionários para trabalhar em campo, no plantio junto aos produtores.

O total de investimentos do CTC em P D alcançou R\$ 58,3 milhões no trimestre, 52,7% da receita líquida e um aumento de 25%, refletindo também as apostas nas linhas de melhoramento genético e biotecnologia (VerdPR02).

Os investimentos vêm sendo garantidos por linhas de fomento e geração de caixa. No primeiro trimestre, a receita líquida cresceu 16,3%, para R\$ 110,6 milhões, e o lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda) subiu 8,8%, a R\$ 54,4 milhões.

De toda a área plantada com cana no país, 28% foram com variedades do CTC protegidas. E, de todo o plantio com variedades do CTC, 81 % foram feitos com as registradas nos últimos anos. "Já estamos presentes em uma base de mais de 80% das usinas do Brasil. Nosso desafio é avançar dentro de cada cliente", defendeu Polezi.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# STF valida lei que permite devolução de valores pagos na conta de luz

O Supremo Tribunal Federal (STF) validou, nesta quinta-feira (14), a lei que garantiu a devolução de valores pagos a mais por consumidores nas contas de energia elétrica. Ministros também fixaram prazo de prescrição de dez anos para os consumidores que pretendem solicitar a devolução do dinheiro na Justiça.

A Corte julgou constitucional a Lei 14.385/2022, norma que estabeleceu a competência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para promover a devolução de valores extras pagos pela incidência do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do PIS/ Pasep (Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) sobre o serviço de fornecimento de energia elétrica até 2021.

No julgamento, os ministros também fixaram prazo de prescrição de dez anos para os consumidores que pretendem solicitar a devolução do dinheiro na Justiça. A questão foi decidida a partir de uma ação protocolada pela Associação Brasileira

das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee), que questionou a constitucionalidade da norma.

Em 2021, o STF decidiu que a cobrança dos **impostos** no patamar superior a 17%

pelos Estados é inconstitucional.

Desde então, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) determina às distribuidoras de energia o desconto nas contas dos consu-

midores, sem a necessidade de ingresso de ação judicial.

Estima-se que cerca de R\$ 44 bilhões já foram devolvidos aos consumidores. Neste ano, aproximadamente R\$ 5 bilhões serão descontados

Em julho, a Aneel definiu a metodologia para devolução. A agência decidiu que os valores serão restituídos nas tarifas de energia calculadas nos próximos 12 meses.

**Site:** <https://daqui.opopular.com.br/digital/15-agosto-2025/daqui-to>

# Consumidor receberá valor pago a mais para empresa de energia

O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) concluiu nesta quinta-feira (14) o julgamento sobre a validade de uma lei federal que estabeleceu que as distribuidoras de energia devolvam aos consumidores **tributos** a mais recolhidos de forma indevida, após a corte excluir o ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins.

Os ministros definiram que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) deve continuar devolvendo aos consumidores os cerca de R\$ 60 bilhões em **tributos** cobrados a mais nos últimos anos.

A agência já vem devolvendo os **impostos** cobrados indevidamente, por meio da redução da conta de luz há quatro anos. De

2021 a 2024, foram mais de R\$ 44 bilhões restituídos.

O Supremo definiu que as concessionárias de energia podem utilizar os recursos cobrados a mais também para deduzir **tributos** incidentes sobre a restituição e pagar honorários específicos sobre os processos que tratavam do assunto.

A tese definida pelo STF ainda prevê que o prazo para a devolução dos recursos é de dez anos a partir da restituição do indébito das distribuidoras ou da homologação da compensação.

Na prática, a decisão permite que a Aneel siga devolvendo o dinheiro pago a mais pelos consumidores por meio de descontos na conta de energia. Há cerca de R\$ 20 bilhões ainda a serem restituídos.

A controvérsia foi gerada após o STF decidir a chamada "tese do século", na qual se excluiu o ICMS

(imposto estadual) do cálculo do PIS e da Cofins. Isso significou que, na prática, os consumidores estavam pagando mais caro pela energia.

Uma lei aprovada pelo Congresso Nacional em 2022 estabeleceu que a Aneel deveria devolver aos consumidores os valores obtidos pelas concessionárias de energia como resultado da exclusão do ICMS da base de cálculo dos **impostos** federais cobrados na conta de energia.

A Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras

de Energia Elétrica) entrou com uma ação no Supremo pedindo que parte dos recursos pagos a mais pelos consumidores ficasse com as empresas por terem apresentado as ações judiciais para recuperar os **tributos** cobrados a mais.

Os ministros concordaram com a possibilidade de parte dos valores serem usados para pagar os ho-

norários relacionados aos processos movidos pelas empresas contra a União pelos **impostos** indevidos.

**Site:**

<https://doi.com.br/digital/Page?editionId=3215#book>

# Indústria vai ser o setor mais atingido por taxas de Trump

**DANIEL WETERMAN BRASÍLIA**

O tarifaço de Donald Trump sobre produtos brasileiros exportados para os Estados Unidos vai comprometer a manutenção de empregos e o faturamento de empresas do País na próxima década e pode fechar até 618 mil empregos formais e informais no longo prazo, entre cinco e dez anos, segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Conforme o levantamento, no curto prazo (um a dois anos), 146 mil vagas podem ser encerradas.

A indústria será o setor mais atingido e a estimativa é de que a medida traga efeitos negativos na massa salarial e no consumo das famílias, impactando não apenas as empresas que vendem para os EUA, mas toda uma cadeia econômica nas regiões afetadas.

Os Estados Unidos passaram a cobrar uma tarifa de 50% sobre produtos importados do Brasil, incluindo máquinas e equipamentos, café, carne, madeira, armas e calçados. Alguns itens foram isentos da cobrança, como petróleo, aviões e suco de laranja.

No ano passado, o Brasil enviou US\$ 40,4 bilhões em mercadorias para os Estados Unidos, 12% do total exportado.

Os produtos brasileiros que serão taxados somaram aproximadamente US\$ 22,2 bilhões das exportações, 54,9% do conjunto vendido aos americanos.

De acordo com o estudo, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro pode sofrer uma queda de 0,22%, equivalente a R\$ 25,8 bilhões, no curto prazo, de um a dois anos, e uma perda de 0,94%, de R\$ 110 bilhões, no longo prazo.

Os setores mais afetados no curto prazo são siderurgia e aço sem costura (com queda de 8,11% no faturamento e de 8,08% nos empregos), produtos de madeira (-7,12% e -6,69%), e fabricação de calçados e de artefatos de couro (-3,07% e -2,44%).

"A cesta de produtos exportados aos Estados Unidos tem um valor agregado maior, com um nível maior de transformação.

São produtos mais manufaturados.

Por isso, a taxaço tende a impactar mais a indústria do que os demais setores", diz o economista-chefe da Fiemg e um dos autores do estudo, João Gabriel Pio. "O impacto agregado no PIB é relativamente modesto, mas há um impacto maior a nível setorial. As empresas que dependem dos Estados Unidos e não estão isentas podem até fechar as portas." PRODUÇÃO. No longo prazo, segundo a análise da Fiemg, a indústria continua sendo a maior impactada, mas os efeitos negativos se estendem a outros segmentos que não estão diretamente ligados à exportação, mas que dependem do consumo das famílias da cadeia dessas indústrias, como atividades imobiliárias (-2,04% no faturamento), educação privada (-1,79%), serviços domésticos (-1,75%) e saúde privada (-1,61%).

"Se uma empresa reduz sua capacidade produtiva em nível estrutural, essa redução afeta a cadeia produtiva, a empresa ou o setor precisa de uma quantidade menor de emprego e aí reduz a massa salarial e impacta o consumo", diz o economista. "Esse impacto tende a ser mais regionalizado e difuso. Por exemplo, o sul de Minas exporta muito café e será muito impactado. A região intermediária de Belo Horizonte é mais impactada pela siderurgia e, nesse caso, não é só uma ou outra empresa grande, são várias pequenas e médias empresas." Na quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva apresentou um pacote de socorro às empresas atingidas.

Uma das ações é oferecer uma linha de crédito de R\$ 30 bilhões para financiar companhias afetadas e outras empresas que queiram vender seus produtos fora do Brasil, diversificando a balança e diminuindo a dependência dos EUA.

Para o autor do estudo, o pacote pode ajudar as empresas, mas é importante intensificar as negociações com os Estados Unidos. "Imagina uma empresa que exporta 90% do que é produzido para os Estados Unidos. Essa empresa não tem alternativa a não ser fechar as portas", diz o analista. "Não é estratégico negligenciar um mercado como o americano, o mercado com maior poder de consumo do mundo." |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tarifas já elevam preços a produtores americanos

A **inflação** no atacado nos Estados Unidos registrou em julho a maior alta em três anos, o que sugere um repasse da elevação dos custos de importação devido às tarifas. O índice de preços ao produtor (PPI, pela sigla em inglês), que acompanha o que os produtores domésticos dos EUA cobram por seus bens e serviços, subiu 0,9% em relação ao mês anterior, o maior avanço desde junho de 2022, informou ontem o governo.

Na comparação anual, a alta foi de 3,3%, o sinal mais claro até agora de que as tarifas do presidente Donald Trump estão afetando a economia americana.

Os custos de serviços subiram 1,1% no mês passado, o maior avanço desde março de 2022. No segmento de serviços, as margens de atacadistas e varejistas saltaram 2%, puxa-das pelo atacado de máquinas e equipamentos. Os preços de bens, excluindo alimentos e energia, aumentaram 0,4%.

## PAPELONDULADO EM QUEDA

Os números sugerem que, apesar da **inflação** até agora contida nos preços ao consumidor, as tarifas impostas por Trump estão provocando um aumento nos preços na cadeia de suprimentos. Ou seja, a **inflação** já está afetando a economia, mesmo que o consumidor ainda não tenha essa percepção.

"Embora as empresas tenham absorvido a maior parte dos aumentos de custos com tarifas até agora, as margens estão sendo cada vez mais pressionadas pelos custos mais altos de bens importados", afirmou em nota Ben Ayers, economista sênior da Nationwide. "Esperamos uma transferência mais forte das tarifas para os preços ao consumidor nos próximos meses."

O grau em que as empresas repassarão aos consumidores o peso das tarifas vai definir o rumo das taxas de juros. Embora o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) projete que as tarifas elevem a **inflação** na segunda metade do ano, há dúvidas sobre se isso será algo pontual ou duradouro.

Outro indicador, este menos tradicional, aponta uma desaceleração na economia americana. As vendas de papelão ondulado, usado para fabricar as caixas que transportam de rosquinhas a lava-louças, estão em queda, o que sinaliza uma correção na demanda no

varejo mais à frente.

Os embarques de caixas nos EUA -ou seja, volumes de embalagens vazias vendidas a varejistas -caíram no segundo trimestre para o menor nível desde 2015, segundo dados da Fibre Box Association, uma entidade do setor.

A International Paper, sediada em Memphis e uma das maiores empresas de celulose e papel do mundo, registrou queda de 5% nos embarques diários de caixas nos EUA no segundo trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. Já a gigante de embalagens Smurfit Westrock, com sede em Dublin, viu uma redução de 4,5% nos volumes de papelão ondulado na América do Norte -a maior queda entre todas as regiões onde atua.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>